

Seminário Nacional

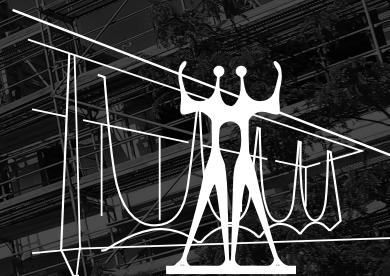
COMO PLANEJAR, JULGAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.303/2016

Aspectos polêmicos, entendimentos do TCU e boas práticas

BRASÍLIA / DF

19A21 • AGOSTO • 2019



SEMINÁRIO

As contratações de obras e serviços de engenharia são um grande desafio para os agentes públicos, pois envolvem conhecimento técnico de engenharia e regime de licitações e contratos.

Nessas contratações, a maior parte das dificuldades decorre da falta de planejamento e de desconhecimento, que geram vícios na condução da licitação e na fiscalização dos contratos. Essas falhas levam a desperdícios de recursos públicos e responsabilizações dos agentes perante os órgãos de controle. Para evitar esses problemas, a solução é capacitar os agentes públicos para contratar e gerir as obras e os serviços de engenharia.

O programa deste Seminário conta com questões polêmicas e práticas, que abrangem as dúvidas mais frequentes dos profissionais que atuam nas três fases da contratação de obras e serviços de engenharia: planejamento, julgamento da licitação e fiscalização dos contratos, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.303/2016. Além disso, o conteúdo será abordado sob os enfoques da engenharia e jurídico, com destaque para os mais importantes entendimentos do TCU sobre o tema.

Esta capacitação permitirá a você:

- Conhecer, de forma sistêmica e global, as principais fases e etapas das contratações de obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 13.303/2016.
- Entender e solucionar as polêmicas e dificuldades para a condução segura das licitações e dos contratos de obras e serviços de engenharia.
- Dominar as principais orientações e determinações do TCU sobre as licitações e os contratos para obras e serviços de engenharia.
- Aplicar boas práticas para planejar a contratação, julgar a licitação e executar contratos com mais eficiência e segurança.

Público-alvo:

Engenheiros, membros de comissões de licitação, pregoeiros e membros de equipes de apoio, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, fiscais de contratos, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.

Destaques do conteúdo:

- Planejamento da contratação como condição de sucesso para as obras
- Anteprojeto, projeto básico e projeto executivo
- Regimes de execução – Novos regimes e os tradicionais
- Orçamento de obra – Estrutura e cautelas para a elaboração
- SINAPI, SICRO, adoção dos sistemas referenciais e as regras do Decreto nº 7.983/2013
- BDI – Previsão de valores diferentes para os materiais e para o serviço – Posição do TCU
- Jogo de planilhas – Como identificar e como evitar

- Atribuições e responsabilidades – Fiscal do contrato, responsável técnico, preposto e engenheiro
- Diário de obras
- Recebimentos provisório e definitivo – Responsabilidade e cautelas
- Preço inexequível e análise de exequibilidade
- Adoção do pregão e do Sistema de Registro de Preços – Entendimento do TCU
- Atestados de qualificação técnica – O que pode ser exigido de acordo com o TCU?
- Alteração de prazo – Possibilidade de prorrogação do prazo de execução – Cabimento e formalização
- Alteração do objeto – Percentual de acréscimos e supressões – Limites e regras do Decreto nº 7.983/2013 – Aplicação conforme o entendimento do TCU
- Reajustamento dos contratos de manutenção predial

PROGRAMA

Dias 19 e 20

Segunda e terça-feira

Professor Cláudio Sarian Altounian

Engenheiro civil. Bacharel em Direito. Pós-graduado em Administração de Empresas e em Auditoria de Obras Públicas. Professor e palestrante nas áreas de obras públicas e meio ambiente. Autor do livro *Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização* (5. ed., Fórum, 2016); e coautor dos livros *RDC na prática e a contratação integrada* (2. ed., Fórum, 2015); *Governança pública, o desafio do Brasil*, (3. ed., Fórum, 2018); e *Gestão e governança pública para resultados* (Fórum, 2017). Servidor do TCU, tendo desempenhado funções de direção por 18 anos. Atuou como titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob), da Secretaria de Planejamento e Gestão, da 7ª Secretaria de Controle Externo e da Assessoria Parlamentar do TCU. Foi coordenador, no âmbito do TCU, de grupos responsáveis pela elaboração do *Manual de tomada e prestação de contas anuais*, do *Manual de tomada de contas especial* e de *Metodologia para apuração de sobrepreço em obras públicas*. Atuou como engenheiro responsável pelo planejamento, orçamento e execução de prédios residenciais, *shopping centers* e obras industriais e rodoviárias.

ASPECTOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. Como deve ser conduzido o planejamento de uma obra para evitar falhas nas fases de julgamento da licitação e de fiscalização do contrato? Quais as principais etapas de um projeto de engenharia e quais seus pontos mais críticos?
2. Quais as informações fundamentais que precisam ser conhecidas sobre os seguintes atos legais e normativos para a contratação de obras: Lei nº 8.666/1993; Lei nº 12.462/2011; Lei nº 13.303/2016; Decreto nº 7.581/2011; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); leis e resoluções relativas à profissão de engenheiro?
3. Quais documentos técnicos exigidos na licitação devem ter Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)? A ART funcional dispensa a ART específica para as atividades de engenharia?
4. Para a contratação de obra ou serviço de engenharia, devem ser elaborados anteprojeto, projeto básico e projeto executivo? Qual o conteúdo e o nível de especificação de cada um desses documentos? Em que momento do empreendimento devem ser elaborados? Quais os elementos técnicos mínimos do projeto básico? Qual a disciplina da Lei nº 13.303/2018?
5. Para que a licitação seja instaurada, os projetos básico e executivo devem ser disponibilizados no edital?

6. Em que casos o projeto executivo pode ser contratado concomitantemente à obra? Ele pode servir para corrigir imprecisões do projeto básico? Qual o entendimento do TCU?
7. Quais aspectos de ordem técnica devem orientar a Administração para a escolha do regime de execução – empreitada por preço unitário, empreitada por preço global, empreitada integral e tarefa? Quais as orientações do TCU sobre a escolha do regime de execução? Quais as repercussões dessa escolha no acompanhamento da execução do contrato, na medição e no pagamento?
8. Qual a diferença e quando adotar os regimes de contratação integrada e semi-integrada? Quais as vantagens desses regimes? Quais regras, providências e documentos devem ser observados nas contratações com regimes de execução de contratação integrada e semi-integrada de acordo com a Lei nº 13.303/2016?
9. Quais exigências e licenças ambientais devem ser providenciadas para o início da execução da obra?
10. Qual a melhor forma de prever os quantitativos de materiais e serviços necessários à execução da obra? Como forma de garantir a qualidade dos materiais, é possível indicar marca no edital de licitação? Qual o entendimento do TCU?
11. O que é matriz de riscos? Em quais contratações deve ser elaborada de acordo com a Lei nº 13.303/2016? Qual a importância e a aplicação prática desse relevante instrumento de planejamento e gestão contratual?
12. Do ponto de vista técnico, quais as cautelas a serem observadas na definição das parcelas de maior relevância e valor significativo? Uma mesma obra (ou serviço) pode ter mais de uma parcela de maior relevância e valor significativo?
13. Orçamento de obra: O que é? Quais as funções do orçamento? Quais os principais conceitos a serem compreendidos? Quais os principais problemas? Qual a legislação que precisa ser conhecida?
14. Quais as cautelas na elaboração dos orçamentos de obras nas contratações semi-integradas e integradas?
15. Em que casos pode ser adotado o CUB e a avaliação expedita? O que é curva ABC e qual sua utilidade nas obras de engenharia?

- 16.** Quais os cuidados com relação à definição dos custos, do orçamento e do regime de execução das obras de acordo com o Decreto nº 7.983/2013?
- 17.** As estatais podem/devem observar Decreto nº 7.983/2013 na contratação de obras?
- 18.** Como deve ser estruturado o orçamento de obras com relação aos encargos sociais, materiais, equipamentos, insumos e tributos? Quais parcelas compõem o BDI e quais não devem integrá-lo? Quais as regras do Decreto nº 7.983/2013? Qual o entendimento do TCU?
- 19.** Segundo o TCU, quais as orientações sobre os percentuais aceitáveis de BDI? Trata-se de percentuais referenciais, determinados ou máximos aceitáveis?
- 20.** A Administração está obrigada a adotar os preços do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO)? Quais as regras do Decreto nº 7.983/2013 a respeito do assunto? Em que casos podem ser adotados outros sistemas e outras referências?
- 21.** Em serviço de engenharia que envolva também fornecimento de materiais, é possível prever valor de BDI diferente para os materiais e para o serviço? Qual o posicionamento do TCU?
- 22.** Tanto no orçamento da Administração quanto no orçamento apresentado pelo licitante, o BDI pode ser fechado ou deve ser apresentado de forma aberta e detalhada? Qual o entendimento do TCU?
- 23.** Conforme a Lei das Estatais, o orçamento estimado da licitação pode ser sigiloso. O sigilo do orçamento passa a ser a regra? Até que momento o valor estimado do contrato a ser celebrado permanecerá sob sigilo? Em que casos planilhas e orçamentos podem e devem ser divulgados?
- 24.** Sempre deve ser previsto preço máximo para a contratação de obras e serviços de engenharia, inclusive pelas estatais? Devem ser indicados preços máximos global e unitário? O preço máximo deve ser divulgado no edital? Se não previsto o preço máximo, o estimado pode servir como máximo para fins de julgamento da licitação? Qual o entendimento do TCU?
- 25.** Se previstos preços máximos unitários e global, é possível cogitar a classificação de propostas que contemplem preços unitários superiores, mas abaixo do máximo global? Qual o entendimento do TCU?

- 26.** Quando o preço é inexequível? Como a Administração deve proceder diante da inexequibilidade? Qual o entendimento do TCU?
- 27.** Quais as regras do Decreto nº 7.983/2013 com relação aos orçamentos dos licitantes e quais os critérios de análise de exequibilidade a serem observados pela Administração?
- 28.** Qual a diferença entre sobrepreço e superfaturamento? Qual a previsão da Lei das Estatais sobre esse tema?
- 29.** Que regras devem constar do edital e quais os cuidados no julgamento para evitar o jogo de planilhas pelos licitantes?
- 30.** É possível sanear/corrigir falhas nos orçamentos apresentados pelos licitantes? Quais as orientações e os limites para essas correções?
- 31.** Quais as atribuições e as responsabilidades do fiscal do contrato? Quais documentos o fiscal deve conhecer para ter condições de exercer suas atribuições?
- 32.** Qual a atuação concreta, durante a execução do contrato, do responsável técnico, do preposto da empresa e do engenheiro da empresa que atua na fiscalização no canteiro da obra? Podem ser pessoas distintas? Qual a responsabilidade de cada um?
- 33.** A fiscalização da execução e a fiscalização administrativa do contrato podem ser desempenhadas por servidores distintos? É possível eleger uma equipe de fiscalização? Quais as atribuições do gestor do contrato e da autoridade competente?
- 34.** O que é diário de obra e documento *as built*? Qual sua importância?
- 35.** Como devem ocorrer o controle e o acompanhamento da execução da obra com relação aos materiais e equipamentos utilizados? Quais os mecanismos a serem adotados para viabilizar medições seguras de obras e serviços de engenharia? Quais os pontos de maior risco em uma obra?
- 36.** Em quais hipóteses são emitidos os termos de recebimentos provisório e definitivo? Quais as cautelas a serem observadas no final da obra? Quem é o responsável pelo recebimento?

PROGRAMA

Dia 21

Quarta-feira

Professor Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas.

ASPECTOS JURÍDICOS DA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- 37.** É possível contratar obras e serviços de engenharia por pregão ou por SRP? Qual o entendimento do TCU?
- 38.** Quais os cuidados na contratação de obras por dispensa pelo valor, especialmente quanto ao fracionamento indevido? Qual o entendimento do TCU?
- 39.** Em que casos deve ser prevista a possibilidade de participação de empresas em consórcio e a subcontratação de parcelas do empreendimento?
- 40.** O que envolve as capacidades técnico-operacional e profissional e de que forma deve ser exigida a comprovação de cada uma na licitação? É possível exigir quantitativos mínimos para essas capacidades? Quais os entendimentos do TCU e do STJ?
- 41.** É possível aceitar atestado em que conste trabalho de profissionais que não mais integram os quadros da empresa licitante? Servirá para demonstrar as capacidades técnico-operacional e profissional? Qual a diferença entre o acervo do profissional e o acervo da empresa?
- 42.** O edital pode limitar o número de atestados a serem apresentados pelo licitante para comprovar sua qualificação técnica? É possível aceitar a soma desses documentos? Qual o posicionamento do TCU?
- 43.** É possível exigir documento que comprove vínculo trabalhista entre o profissional responsável técnico e a empresa licitante?

- 44.** Em todas as licitações de obras de engenharia, deve ser exigida a visita técnica do licitante no local da obra? É possível impor que a visita seja realizada por engenheiro?
- 45.** Qual a atuação da assessoria jurídica na fiscalização do contrato? Deve manifestar-se antes de alterações do objeto (acréscimos e supressões), prorrogações e revisões?
- 46.** Em quais hipóteses é possível a Administração autorizar a prorrogação do prazo de execução do contrato? Como deve ser formalizada essa prorrogação? Quem tem competência para tomar essa decisão?
- 47.** Quando se extingue um contrato de obras: com o encerramento da vigência (prazo), com a execução do objeto (completo) ou com o fim das obrigações recíprocas? É possível receber a obra depois de escoado o prazo de vigência do contrato?
- 48.** A respeito das alterações do objeto, pergunta-se:
- a)** Qual a diferença entre as alterações qualitativa e quantitativa?
 - b)** Como aplicar o percentual de 25% relativo ao acréscimo quantitativo do objeto? É possível que 25% do total do contrato seja acrescido em apenas um item ou em determinada parcela da obra? Quando é cabível a alteração qualitativa e quais seus limites? Qual o entendimento do TCU?
 - c)** É possível compensar a inclusão de um item com a exclusão de outro? Considerando que o valor do contrato não será alterado, isso deve ser entendido como alteração do contrato ou simples adequação que não exige qualquer formalidade? Qual o entendimento do TCU?
 - d)** Quais as peculiaridades das alterações dos contratos nos regimes de empreitada integrada e semi-integrada previstos na Lei nº 13.303/2016?
 - e)** Determinado contrato de obra no valor de R\$ 1.000.000,00 foi suprimido em 20%. Depois disso, pretende-se acrescer esse contrato. Qual será a base de cálculo para aplicação do percentual de acréscimo? Qual o entendimento do TCU?

- f)** Na empreitada por preço global, o contratado é obrigado a arcar com ônus decorrentes de erros no projeto e orçamento? Trata-se, portanto, de um contrato de risco? Quais as regras do Decreto nº 7.983/2013? Qual o entendimento do TCU?
 - g)** Falhas no planejamento, nos projetos e nos quantitativos orçados podem ser corrigidas durante a fase contratual (execução da obra)? De que forma e quais os limites para correções?
 - h)** Quais as regras do Decreto nº 7.983/2013 quanto aos limites para as alterações contratuais?
 - i)** Quais os cuidados nas alterações dos contratos para evitar o jogo de planilhas?
- 49.** Como deve ocorrer o reajustamento dos contratos de manutenção predial? Serão reajustados por índice (INCC, por exemplo) ou repactuados? Se adotada a repactuação, quais os cuidados em sua condução?
- 50.** Quais os impactos na revisão dos contratos de obras quando devidamente definida a matriz de riscos?

PERÍODO

19 A 21 • AGOSTO • 2019 | BRASÍLIA/DF



24

horas

Carga horária

8h30 às 12h30

14h às 18h



19

Agosto

Credenciamento

7h30 às 8h30

Onde será?

WINDSOR PLAZA BRASÍLIA

SHS - Quadra 5 - BL H - Asa Sul • **Brasília/DF**

Fone: (61) 3322-4545

Apto. SGL/LUXO

R\$ 361,00* + 10% tx serviço + 5% ISS

(café da manhã incluído)

Se optar pelo hotel de realização do evento, informe, no ato da reserva, que é participante do curso da Zênite para garantir o preço especial. Apartamentos sujeitos à disponibilidade.

O hotel trabalha com tarifas flutuantes, o que poderá implicar tarifário menor na época da realização do Seminário.

INVESTIMENTO

R\$ 4.140,00

- 03 almoços;
- 06 *coffee breaks*;
- Obra *Lei de licitações e contratos administrativos*;
- Apostila específica do Seminário;
- Material de apoio (mochila, estojo com caneta, lapiseira, borracha, caneta marca-texto e bloco de anotações);
- Certificado.*

A cada 4 inscrições neste Seminário, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Zênite concederá cortesia para uma quinta inscrição.

* O certificado será entregue ao final do curso. O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário. Todos os dias, haverá duas listas: uma de manhã, e outra, à tarde.

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15, em um dos seguintes bancos credenciados:

Banco do Brasil	Ag. 3041-4 • c/c 84229-X
Caixa Econômica	Ag. 1525-3 • c/c 1566-2
Banco Santander	Ag. 3837 • c/c 130017258
Banco Itaú	Ag. 3833 • c/c 63040-7
Banco Bradesco	Ag. 2559 • c/c 26622-1

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).